

Bolsa Família e Voto nas Eleições Presidenciais de 2006: Em Busca do Elo Perdido

Resumo:

O presente artigo analisa o impacto de ser beneficiário do Programa Bolsa Família do governo Federal na decisão de voto nas eleições de 2006 e na avaliação atual do Presidente Lula da Silva. Dessa forma, o artigo contribui para a crescente literatura que explora o impacto desse Programa na distribuição de voto em Lula. Contudo, diferentemente de outros estudos, são utilizados aqui dados ao nível individual em uma amostra probabilística nacional coletados usando o Barômetro das Américas de 2008. Os resultados indicam um forte impacto da participação no programa no voto em Lula e em avaliações positivas de seu desempenho.

Palavras-chave: Bolsa Família, Voto, Comportamento Eleitoral.

Diversas análises têm ressaltado a importância central do Programa Bolsa Família para a reeleição do Presidente Lula no pleito de 2006 (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007, Soares e Terron, 2008). Tais estudos creditam em grande parte ao Programa a explicação sobre a mudança do perfil do eleitorado de Lula em relação ao pleito de 2002. Por outro lado, Carraro et al (2007) questionam as análises que atribuem ao Programa Bolsa Família a responsabilidade integral pela reeleição de Lula. Afirmam que não encontraram evidências robustas de que o Programa Bolsa Família – por si só – teve efeito na sua votação.

Em que pese alguma divergência nos achados, tais estudos basearam-se principalmente em dados eleitorais, sociais e econômicos agregados por estados ou municípios para identificar espacialmente os lugares onde houve maior votação de Lula. Dessa forma, sua unidade de análise foi o estado ou município e não o indivíduo. Carraro et al (2007) reconhecem e expressam a limitação desta unidade agregada de análiseⁱ para verificar correlações que expliquem a reeleição do Presidente da República. Afirmam que, “em dados agregados, as relações que são válidas pelos grupos podem não sê-las para os indivíduos”. Dessa forma, faz-se interessante também investigar, sob o ponto de vista do indivíduo, se existe alguma correlação entre uma avaliação positiva do governo Lula e a participação no Bolsa Família.

Isto é possível a partir da base de dados da Pesquisa “Barômetro das Américas”, coordenada pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Tal Pesquisa é aplicada em vários países do continente americano e retrata atitudes e opiniões de cidadãos em relação a diversos aspectos da cultura política, abordando inclusive, na etapa brasileira, a avaliação do Governo Federal e o comportamento eleitoral dos entrevistados. Desde a rodada de 2006 a etapa brasileira desta Pesquisa incluiu a informação sobre a participação em programas federais de transferência de renda no perfil do entrevistado, o que permite, portanto, identificar possíveis padrões de opiniões e atitudes de beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram da mesma.

Diante disso, este trabalho se propõe a investigar a relação, no nível individual, entre participação no Programa Bolsa Família e voto nas eleições de 2006 assim como avaliação atual do desempenho do Governo Lula usando a etapa brasileira da Pesquisa “Barômetro das Américas” realizada em 2008. Dessa forma, poderemos confirmar se os estudos anteriores, baseados em dados agregados, chegaram a conclusões espúrias devido a alguma falácia de agregação ou se os resultados serão também confirmados no nível individual.

Na primeira parte discutiremos as principais evidências que atribuem (ou não) a reeleição de Lula à implementação do Programa Bolsa Família. A seguir faremos uma breve descrição dos aspectos metodológicos, explicitando as variáveis que integram a pesquisa

“Barômetro das Américas” e que serão analisadas estatisticamente. Após a análise dos dados segundo as perspectivas teóricas adotadas, passaremos às conclusões finais do estudo, que procura responder às seguintes questões: Participação no Bolsa Família se correlaciona com o voto em Lula e a avaliações positivas de seu governo? Em que medida a participação no Programa Bolsa Família está relacionada com uma percepção positiva do cidadão em relação ao Presidente da República e ao Governo Federal Brasileiro?

1. Principais evidências que atribuem a reeleição de Lula à implementação do Programa Bolsa Família

A eleição do Presidente Lula em 2002, baseada em um programa de governo com forte apelo social, fortaleceu a opção pelos programas de transferência de renda no Governo Federal. Todavia, a avaliação do novo governo foi de que, embora tivessem representado um avanço nas políticas sociais brasileiras, estes programas praticamente ignoraram a existência de similares conduzidos por estados e municípios, não conseguindo superar problemas tradicionais como: pulverização de recursos, elevado custo administrativo, superposições de públicos-alvo, competição entre instituições, ausência de coordenação e de perspectiva intersetorial (Cohn e Fonseca, 2004).

Assim, formulou-se em 2003 um novo Programa, chamado Bolsa Família, com a finalidade de unificar os procedimentos de execução de ações de transferência de renda do Governo Federalⁱⁱ. O Programa tornou-se o carro-chefe das políticas sociais do Governo Federal, presente nos 26 estados, Distrito Federal e 5.563 municípios, beneficiando cerca de 11 milhões de famílias ou mais de 44 milhões de pessoas (em média, um em cada quatro brasileiros). Em 2008, seu orçamento foi da ordem de R\$ 11 bilhões.

A inclusão no Cadastro Único é uma pré-condição para a participação das famílias. Aquelas com renda per capita até R\$ 60,00 poderão acumular o benefício básico (R\$ 62,00) e o variável (R\$ 20,00 por criança, até o limite de três) caso sejam integradas por crianças até 15 anos. Além disso, famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola recebem o benefício variável vinculado ao adolescente (R\$ 30,00 por adolescente, até o limite de dois). O valor do benefício pago à família é definido de acordo com sua composição e renda per capita, variando de R\$ 20,00 a R\$ 182,00. O recebimento do benefício está condicionado ao acesso aos direitos sociais básicos (condicionalidades): manter as crianças na escola, acompanhar as gestantes, monitorar a nutrição e a vacinação das crianças. As principais razões para desligamento do Programa são: aumento no valor da renda per capita da família para valor acima dos critérios de elegibilidade do Programa e descumprimento reiterado das suas condicionalidades, nos termos da Portaria GM/MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005 (Brasil, 2008).

No que se refere à forma de funcionamento do PBF, resumidamente, o governo federal coordena, financia a gestão e paga os benefícios diretamente às famílias; os governos estaduais apóiam tecnicamente os municípios e estes, por sua vez, executam diretamente o Programa, por meio do cadastro dos beneficiários, controle das condicionalidades, gestão de benefícios e acompanhamento das famílias. A exemplo do que já ocorre com a maioria das ações federais descentralizadas, o Programa conta com uma instância de controle social local, composta por representantes do governo e da sociedade. Municípios e estados também podem complementar os benefícios pagos pelo Programa, integrando-os ou não a eventuais programas próprios de transferência de renda. Além disso, devem promover a articulação das ações para assegurar o seu caráter intersetorial, sobretudo com relação às políticas regionais e locais de saúde, educação, assistência social e trabalho.

Como se vê, o Programa é descentralizado e fortemente focalizado. Além disso, é visto como um importante fator de redução da pobreza e da desigualdade (Brasil, 2006). Para participar, além de satisfazer os critérios de elegibilidade, basta ser cadastrado pelo município, sem intermediações políticas. Segundo Hunter e Power (2007) é importante destacar este aspecto, pois difere do clientelismo tradicional, onde o recebimento de benefícios sociais está vinculado à lealdade política. No caso do PBF não há nenhuma penalidade para o beneficiário que eventualmente vote contrário ao governo, uma vez que, aparentemente, não há qualquer critério político para o cadastramento do cidadão no Cadastro Único para o recebimento do benefício.ⁱⁱⁱ

A expansão do Programa foi rápida, mesmo nos estados e municípios comandados pela oposição. Ao final de 2004 alcançava 59% da sua meta, ao final de 2005 chegou a 80%, finalmente alcançando 100% da sua meta de 11,1 milhões de famílias em junho de 2006 (Brasil, 2007).

Segundo análise de Nicolau e Peixoto (2007) o Programa foi eficiente em alocar recursos nas cidades mais pobres do país. A correlação entre o gasto do Bolsa Família e os quatro indicadores sociais selecionados (taxa de analfabetismo de adultos, percentual de pobres, renda per capita e esperança de vida ao nascer) é alta. Ou seja, quanto pior a situação do município, maior tende a ser os recursos recebidos. Junto com o aumento do salário mínimo e demais melhorias na economia, o Programa repercutiu positivamente para a mobilidade social – a pobreza absoluta reduziu de 28% para 23% nos primeiros três anos do governo Lula (Neri, 2006). O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e até mesmo o Fundo Monetário Internacional têm enfatizado as qualidades do Programa.

O sucesso do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e da desigualdade é portanto reconhecido nacional e internacionalmente. Mas teria alguma relação com a reeleição de Lula?

Nicolau e Peixoto (2007) analisaram as determinantes do voto em Lula em 2006 através de testes econométricos e mostraram-se convictos do efeito bolsa-família. Em 2006, Lula recebeu 61% dos votos válidos no segundo turno, o mesmo percentual que havia recebido quatro anos antes. Todavia, percebeu-se que o perfil do eleitorado de Lula havia se alterado. Os autores identificaram a correlação entre alguns indicadores sociais e a sua votação, demonstrando que, em 2002, quanto melhor a situação social do município, maior foi a sua votação. Entretanto, quando a mesma análise é feita em 2006, o cenário se inverte: à medida que os indicadores pioram, maior é a votação de Lula. Para os autores, a implementação do Programa Bolsa Família foi fundamental para explicar a variação dos votos entre ambos os pleitos presidenciais.

Nicolau e Peixoto (2007) colocam esta relação em termos lógicos: 1. Em 2002 Lula tem votação bem distribuída pelo País, mas proporcionalmente melhor nas áreas mais desenvolvidas. 2. Ao longo do mandato, o Governo implementa uma série de programas dirigidos às cidades com menor desenvolvimento social. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Família, que investiu mais de 17 bilhões em quatro anos nas áreas onde se concentram a população pobre. 3. Em 2006, as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo Governo Federal (particularmente municípios de baixa renda, majoritariamente concentrados nas Regiões Norte e Nordeste) votam no candidato que implementou essas políticas.

Hunter e Power (2007) também consideram a hipótese do Programa Bolsa Família (PBF) como o fator mais relevante para a vitória de Lula no último pleito. Em estudo que aborda o efeito das denúncias de corrupção do governo Lula nas eleições de 2006, os autores afirmam que o desempenho do Presidente foi melhor entre eleitores que pertencem a famílias cuja renda per capita é inferior a dois salários mínimos, um segmento que compreende cerca de 47% do eleitorado brasileiro. Afirmam ainda que, segundo teóricos da modernização e da mudança cultural, indivíduos com menor segurança econômica colocam necessidades básicas acima de assuntos como ética e transparência na política (Inglehart and Welzel, 2005, apud Hunter e Power, 2007). Ou seja, ainda que as denúncias de corrupção tenham sido graves, elas não afetaram o voto de Lula em estados e municípios mais pobres, com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Por outro lado, embora também reconheçam que o Bolsa Família teve um impacto positivo na votação do presidente eleito, Carraro *et al* (2007) questionam a contundência com que os demais autores afirmam esta relação, referindo-se aos trabalhos de Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007):

“As afirmações são algo audaciosas para um trabalho preliminar baseado em especificação econométrica questionável [referindo-se ao trabalho de Nicolau e Peixoto (2007)]. A variável Bolsa Família per capita está correlacionada com o percentual de pobres na população. Esta, por sua vez, é correlacionada com a votação de Lula, fazendo com que seja mais do que esperado que a votação de Lula esteja correlacionada com a parcela de beneficiados pelo Bolsa Família na população. Correlação não implica em causalidade [sic] e há uma possível variável que intermedeia (o percentual de pobres no município) a relação entre a proxy da Bolsa Família e a votação de Lula.”

A partir de estudos econométricos que agregam outras variáveis^{iv} aos estudos citados, Carrato *et al* (2007) afirmam que não encontraram evidências robustas de que o Programa Bolsa Família – por si só – teve efeito na votação de Lula. Os resultados encontrados indicam que o impacto positivo do Bolsa Família, com os devidos controles, não é tão espetacular e confiável estatisticamente quanto poderia parecer numa primeira análise. Embora a votação de Lula realmente tenha sido maior nos estados e municípios mais pobres, desiguais e com mais analfabetos, o fato é que os autores não encontraram evidências robustas de que o Programa Bolsa Família foi a principal causa da reeleição de Lula.

Soares e Terron (2008) adentram esse debate tentando responder a algumas críticas feitas por Carrato *et al* (2007). Segundo eles, os padrões geográficos da votação municipal e o que denominam de coesão regional das bases geoeleitorais mudou entre 2002 e 2006. Esses autores se perguntam, portanto, o que gerou a mudança entre os dois episódios eleitorais e seguem a hipótese, defendida por Nicolau e Peixoto (2007) e Hunter e Power (2007) de que o Bolsa Família foi fundamental no crescimento da votação de Lula nos municípios mais pobres do norte e nordeste do país. Soares e Terron atenuam, em sua análise, problemas analíticos encontrados nos textos anteriores e apontados por Carrato *et al* (2007) e concluem que a participação do Programa Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais, e o fator com mais peso na explicação da votação municipal.

O debate acima deixa claro que o Bolsa Família teve implicações significativas para o resultado da eleição de 2006, fortemente favorecendo Lula da Silva. Contudo, o fato de as inferências acima terem sido todas extraídas de dados agregadas por municípios ou estados não garante que foram os respectivos beneficiários do Bolsa Família que reelegeram Lula em 2006, pois não apura o comportamento dos eleitores individualmente. Esse é o elo perdido nessa linha de pesquisa. Para investigar melhor esta relação faz-se necessário trabalhar no nível das opiniões e atitudes individuais. Se a hipótese destes autores estiver correta, este tipo de análise encontrará pelo menos alguma magnitude e significância estatística entre o fato de participar do Programa Bolsa Família e avaliar positivamente o

Presidente da República e o Governo Federal. Este é o objetivo deste trabalho, cujos aspectos metodológicos expomos a seguir.

2. Aspectos metodológicos

O presente estudo baseia-se em dados da etapa brasileira da Pesquisa “Barômetro das Américas”, coordenada pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e realizada entre abril e maio de 2008. A população objeto da Pesquisa consiste em todos os cidadãos brasileiros, com 18 anos ou mais, residindo no País. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística nacional, com um total de 1.497 pessoas entrevistadas. Nela, o Brasil foi estratificado em cinco regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. A amostra completa é composta de 53,7% de homens e 46,3% de mulheres. Outras informações sobre a Pesquisa poderão ser encontradas na página www.AmericasBarometer.org.

O objetivo principal do trabalho é avaliar a relação entre ser beneficiário do Bolsa Família e voto em Lula assim como avaliações de sua administração. A principal variável independente é ser beneficiário do Programa Bolsa Família. O entrevistado que respondeu “Sim” a *pelo menos uma* das alternativas abaixo foi considerado beneficiário e recebeu valor 1 em uma variável dicotômica que diferencia beneficiários de não-beneficiários.

O(a) sr(a) participa do Programa _____, do Governo Federal ?				
código	variável	SIM (1)	NÃO (2)	NS/NR (8)
BF1A	Bolsa Família			
BF1B	Bolsa Escola			
BF1C	Bolsa Alimentação			
BF1D	Vale Gás			

Fonte: Questionário A Cultura Política da Democracia: Brasil, 2008. DATAUnB. Pesquisa Américas Barometer. Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Como já esclarecemos antes, o Programa Bolsa Família unificou os programas de transferência de renda do governo federal, de modo que, hoje, todos os participantes dos referidos programas fazem parte do PBF^v.

Como variável dependente enfocamos não só em voto para Lula em 2006, como também avaliação de seu governo. Dessa forma, visamos ampliar a robustez de nossos achados ao avaliar como a participação no PBF influencia distintas relações entre eleitor e o governo Lula.

Código	Variável	Respostas possíveis	Tipo
vb3	Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no 1o turno das eleições presidenciais em 2006?	Lista de candidatos; (77) Outro; (88) NS/NR; (99) NSA/não votou	nominal
Bravb4	Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no 2o turno das eleições presidenciais em 2006?	Lista de candidatos; (77) Outro; (88) NS/NR; (99) NSA/não votou	
m1	Como o sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando?	(1) Muito bom (2) Bom (3) Nem bom, nem mal (regular) (4) Mal (5) Muito mal (péssimo) (8) NS/NR	ordinal

Fonte: Questionário A Cultura Política da Democracia: Brasil, 2008. DATAUnB. Pesquisa Américas Barometer. Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Além dessas variáveis, o modelo multivariado de explicação do voto e do apoio ao governo Lula inclui outras variáveis consideradas importantes pela literatura especializada em comportamento eleitoral e que estão disponíveis no questionário do Barômetro das Américas. Fazem parte da equação, portanto, identificação partidária com o PT, auto-posicionamento à esquerda em uma escala ideológica, percepções sobre a economia e corrupção como principais problemas do país, avaliações retrospectivas do estado da economia no país, além de controles sócio-econômicos (Carreirão 2002 e 2007, Nicolau 2007, Renno 2007). Acrescentamos também na análise, e isso é especialmente relevante no estudo dos determinantes da avaliação da administração Lula, satisfação com a vida na localidade onde mora e ter sido vítima de crime, ambos fatores que podem influenciar a avaliação do governo.

Um ponto importante nessa análise, que merece destaque, é a distância temporal da coleta dos dados sobre intenção de voto e a eleição. Possivelmente, quanto mais distante da eleição é a coleta de dados sobre decisões eleitorais, mais imprecisa é a declaração de voto. De fato, a tabela 1 indica algumas diferenças quando comparamos os dados coletados em 2008, na rodada brasileira do Barômetro das Américas (BA) e no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), coletado em 2006, logo após as eleições. No entanto, as diferenças são menos marcantes no que tange a votação declarada à Lula do que quanto aos demais candidatos. Ocorre um aumento no índice de não resposta no Barômetro das Américas e uma redução na votação de outros candidatos. Ou seja, os eleitores que não votaram em Lula preferem esquecer em quem votaram ou se abster de responder à questão.

Tabela 1. Frequência de Votos Declarados nos Principais Candidatos no Primeiro e Segundo Turno de 2006 nas pesquisas BA e ESEB.

Candidato	Primeiro Turno - BA	Primeiro Turno - ESEB	Segundo Turno - BA	Segundo Turno - ESEB
Lula da Silva	56%	56%	59%	56%
Geraldo Alckmin	14%	20%	14%	22%
Heloisa Helena	02%	04%	--	
Cristovam Buarque	0,4%	01%	--	
Não Respondeu, Não Lembra, Branco, Nulo	29%	18%	27%	22%

Esse padrão de resposta, então, não enviesava necessariamente o voto em Lula quando comparado com todas as demais opções, mas causa problemas se fossemos contrastar o voto de Lula com cada uma dessas opções. Isso tem implicações para qual tipo de estimação devemos utilizar para avaliar voto. O ideal é sempre contrastar o voto do principal candidato com cada uma das demais opções, usando um modelo probit ou logit multinomial. Assim, se respeitaria de forma mais adequada a própria natureza pluritômica da variável dependente. Contudo, como os votos dos demais candidatos no primeiro turno de 2006 usando o Barômetro das Américas foram reduzidos, o uso do logit multinomial é prejudicado. Assim, preferimos diferenciar o voto de Lula de todas as demais opções excluindo os valores ausentes da análise. Portanto, para as análises de voto em 2006, tanto no primeiro quanto no segundo turnos, usamos variáveis dependentes dicotômicas onde voto declarado em Lula da Silva recebe valor 1 e voto em outros candidatos valor 0.

Ainda assim, embora as diferenças não sejam tão grandes no tempo, cabe destacar que os dados sobre ser beneficiário do Programa Bolsa Família dizem respeito a 2008 e não a 2006. Ou seja, estamos inferindo que os beneficiários são os mesmos de 2006, o que pode não ser o caso. Isso gera problemas de antecedência do efeito (voto) sobre a causa (participação no programa), levando a potencial problema de endogeneidade. Embora não seja possível ter certeza de que os entrevistados pela Barômetro das Américas já faziam parte do PBF quando votaram em 2006, podemos medir a probabilidade de que isso tenha ocorrido. Sabemos que, desde que o Programa atingiu sua meta de 11.102.770 famílias, a inclusão de novas famílias só é permitida quando outras são desligadas. Dessa forma, as concessões mensais são feitas basicamente a partir dos cancelamentos ocorridos no mês. Segundo informações do MDS, 2.500.265 famílias novas entraram no Programa desde julho de 2006, o que nos permite inferir que cerca de 22 % das 11,1 milhões de famílias que estão

no Programa hoje não faziam parte do mesmo por ocasião das eleições daquele ano. Esse fato limita a análise do impacto total do Bolsa Família no voto, medido tanto tempo após a eleição. Contudo, é importante frisar, que essa situação reduz a chance de encontrar um impacto direto do Bolsa Família no voto, já que exclui da análise pessoas que, no momento da eleição se beneficiavam do Programa. Se encontrarmos tal relação, isso é sinal de que em uma amostra mais adequada, o efeito seria ainda maior.

Até por conta das diferenças de voto declarado constatadas em 2008 e a questão temporal acerca do voto e ser beneficiário, insistimos na necessidade de se analisar também o impacto de ser beneficiário do Bolsa Família na avaliação do governo Lula, que apresenta a seguinte distribuição:

Tabela 2: Avaliação do Desempenho do Presidente Lula: Brasil 2008.

	Avaliação Lula
Muito Bom	12%
Bom	38%
Nem Bom Nem Mal	39%
Mal	6%
Muito Mal	4%
Não Respondeu	1%

Como essa é uma variável ordinal, usamos uma função probit ordinal para estimar o impacto das variáveis independentes. Nesse caso, tampouco há problemas de endogeneidade, já que ser beneficiário do Programa antecede a avaliação realizada em abril e maio de 2008 e não há evidências de que apenas apoiadores de Lula participam do PBF. Ao contrário, a identificação e inscrição no Cadastro Único das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e a gestão dos benefícios é de competência dos municípios, o que é um indicativo forte de que o Governo Federal não manipula a indicação de beneficiários, uma vez que a distribuição das forças político-partidárias nos municípios não necessariamente segue lógica federal.^{vi}

3. Análise dos dados

Cerca de 18,4% dos entrevistados são beneficiários do PBF (276, do total de 1497). Esta proporção não está muito longe do percentual de beneficiários do PBF em relação à população brasileira (cerca de 23%). Os beneficiários do PBF nesta amostra possuem em

média 5,4 anos de estudo, enquanto que os não beneficiários possuem em média 7,7 anos de estudo. Quarenta e cinco por cento dos beneficiários do PBF possuem renda familiar inferior a um salário mínimo, enquanto que cerca de metade dos não beneficiários possuem renda familiar entre um e três salários mínimos. A idade média dos beneficiários do PBF é de 40 anos, enquanto dos não beneficiários é de 42 anos. Como vimos, dentre as variáveis analisadas, com exceção dos anos de estudo, o perfil dos beneficiários do PBF não se distancia muito do perfil dos não beneficiários entrevistados.

Em primeiro lugar, cabe explorar algumas análises descritivas e bivariadas para melhor entendermos como beneficiários do PBF se diferenciam dos não beneficiários. Por serem variáveis nominais, usamos primeiro a comparação entre a moda dos beneficiários e não beneficiários no que tange voto.

Tabela 3 – Moda relativa às variáveis que indicam comportamento eleitoral do beneficiário do Programa Bolsa Família

<i>Variável Dependente</i>			<i>PBF</i>	<i>não PBF</i>
cod	Nome	resposta	freq*	freq*
vb20	em quem votaria para Presidente hoje?	Lula ou PT	62,30 %	40,69%
vb3	em quem votou para Presidente 1o turno?	Lula	85,84 %	70,35%
bravb4	em quem votou para Presidente 2o turno?	Lula	86,38 %	72,38%

*Porcentagem de respondentes, já excluídos missings.

Fonte: Pesquisa “Barômetro das Américas”, 2008.

Vemos que em todas as variáveis da Tabela 3 a moda confere com a categoria relacionada ao Presidente Lula, tanto para beneficiários quanto para não beneficiários do Programa Bolsa Família. Ou seja, a maior parte de ambos os grupos entrevistados votou em Lula nas últimas eleições (nos dois turnos) e ainda votaria caso as eleições ocorressem hoje. No entanto, há evidências de que o comportamento eleitoral esteja relacionado com o fato de pertencer ao PBF. No que se refere à atitude dos beneficiários do PBF, a porcentagem de voto em Lula foi cerca de 15% maior no primeiro e segundo turnos de 2006, e 22% maior caso a eleição ocorresse no momento de realização da entrevista. Sob o ponto de vista do comportamento eleitoral, portanto, verifica-se que os beneficiários do PBF possuem maior tendência a votar em Lula que os não-beneficiários.

Há, também, uma associação estatisticamente significativa entre ser beneficiário do Bolsa Família e opinião ou atitude positiva em relação ao Presidente da República e ao Governo Federal em diversas esferas de suas atuações.¹

Tabela 4 – Coeficiente de correlação da percepção positiva do Presidente da República e do Governo Federal por parte dos beneficiários do Bolsa Família

<i>Variável Dependente</i>		<i>Gamma</i>
código	Assunto	
n13braz	Gov fed investe em proteger meio ambiente?	0,19***
n3	Gov fed promove e protege ppios democráticos?	0,22***
n10	Gov fed protege direitos humanos?	0,24***
n12	Gov fed combate o desemprego?	0,25***
n9	Gov fed combate a corrupção do governo?	0,26***
n11	Gov fed melhora segurança do cidadão?	0,29***
B21a	Confiança no Presidente da República?	0,32***
m1	Avalia negativamente o trabalho do Presidente Lula?	-0,33***
b14	Confiança no governo federal?	0,35***
n1	Gov fed combate a pobreza?	0,41***

Níveis de significância: *** p < 0,01 ** p < 0,05 * p < 0,10

Fonte: Pesquisa “Barômetro das Américas”, 2008.

Para fins de análise da magnitude estatística da associação entre estas variáveis podemos dividi-las em dois grupos. As primeiras seis variáveis se referem à opinião do entrevistado sobre o desempenho do Governo Federal em relação a diversas políticas públicas, não diretamente relacionadas ao Programa Bolsa Família. Nestas variáveis o coeficiente de correlação é baixo (entre 0,19 e 0,29), demonstrando que, embora exista, é fraca a associação entre pertencer ao PBF e avaliar positivamente o Governo Federal de forma geral. Todavia, observamos uma crescente correlação no outro conjunto de variáveis, que envolvem diretamente a avaliação do trabalho do Presidente e do Governo em tema mais afeto ao perfil dos beneficiários do PBF. Observa-se que, para este conjunto, o coeficiente *gamma* varia de 0,32 a 0,41, destacando-se a maior destas correlações na avaliação sobre o desempenho do Governo Federal no combate à pobreza.

O sinal positivo das variáveis analisadas indica uma relação direta entre o fato de participar do Programa Bolsa Família e possuir uma avaliação positiva do Governo e do Presidente.

Todos os coeficientes Chi2 (p) encontrados nos resultados foram menores que 0,01, demonstrando o quão provável é que a correlação medida entre as variáveis selecionadas

¹ Ressaltamos que os casos ausentes ou ‘missing’ não foram expressivos em nenhuma das variáveis selecionadas e foram excluídos da análise.

exista para toda a população. Isso nos permite generalizar com segurança os resultados desta amostra com menos de 1% de chance de erro.

Mas, as análises acima são insuficientes para chegarmos a uma conclusão definitiva sobre o impacto de ser beneficiário do Programa Bolsa Família em escolhas políticas concretas dos cidadãos. Para isso, precisamos modelar voto e avaliações do governo controlando por outras explicações possíveis, a fim de eliminar qualquer possibilidade de espuriedade nos achados bivariados. Dessa forma, apresentamos abaixo análises multivariadas dos determinantes do voto em Lula em 2006 e da avaliação de seu desempenho em 2008.

Fica claro na tabela 5 que ser beneficiário do Programa Bolsa Família tem um impacto estatisticamente significativo e substantivamente grande na probabilidade de voto em Lula tanto no primeiro quanto segundo turno. Ao lado de visões sobre a corrupção, avaliações retrospectivas sociotrópicas (estado da economia nacional) e identificação com o Partido dos Trabalhadores, esses foram os fatores decisivos na escolha por Lula em 2006, o que também confirma os resultados encontrados por Rennó embasados no ESEB 2006 (2007).^{vii}

Tabela 5. Efeitos marginais estimados através de um modelo probit para Voto em Lula no Primeiro e Segundo Turno: Brasil 2008.

	Primeiro Turno	Segundo Turno
Beneficiário do Programa Bolsa Família	0.10 (0.03)***	0.08 (0.03)***
Corrupção como Principal Problema do País	-0.10 (0.05)**	-0.08 (0.04)*
Economia como Principal Problema do País	-0.01 (0.03)	-0.00 (0.03)
Avaliação Retrospectiva Sociotrópica	0.03 (0.01)**	0.03 (0.01)**
Atenção à Mídia	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)
Identificação com o Partido dos Trabalhadores	0.21 (0.02)***	0.19 (0.02)***
Auto-Posicionamento Ideológico à Esquerda	0.02 (0.04)	0.04 (0.03)
Homem	0.03 (0.03)	0.02 (0.02)
Escolaridade	-0.01 (0.00)***	-0.01 (0.00)***
N	1024	1044

Erros Padrão Robustos em Parênteses

* significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%

Já no que tange a avaliação do atual desempenho do Presidente Lula da Silva, também ser beneficiário do PBF segue as expectativas desse estudo, conforme se pode ver na tabela 6. O feito de ser beneficiário do Programa aumenta em muito a probabilidade de avaliar Lula positivamente. Cabe destacar que visões sobre corrupção, avaliação

retrospectiva sociotrópica e identificação com o Partido dos Trabalhadores são também decisivos nas avaliações dos cidadãos brasileiros sobre o desempenho do governo. Isso indica uma forte associação entre determinantes do voto e da avaliação de governos no Brasil.

Tabela 6 . Coeficientes Probit Ordenados para Avaliação do Governo Lula: Brasil, 2008.

	Avaliação do Governo Lula
Beneficiário do Programa Bolsa Família	0.45 (0.08)***
Corrupção é o Problema mais Grave do País	-0.22 (0.09)**
Economia é o Problema mais Grave do País	-0.00 (0.09)
Avaliação Retrospectiva Sociotrópica	0.29 (0.04)***
Satisfação com a Vida em sua Cidade	0.10 (0.07)
Vítima de Crime no Último Ano	0.09 (0.07)
Atenção à Mídia	-0.02 (0.01)
Identificação com o Partido dos Trabalhadores	0.76 (0.09)***
Auto-Posicionamento Ideológico à Esquerda	-0.10 (0.10)
Homem	-0.08 (0.06)
Escolaridade	-0.01 (0.01)

N 1386

Erros Padrão Robustos em Parênteses

* significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%

4. Conclusões

Vimos que diversos estudos creditam ao Programa Bolsa Família a reeleição de Lula (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008). Outros, embora reconheçam que o Programa foi importante, não ousam afirmar esta relação de forma tão contundente, relativizando a sua influência nos resultados das eleições do Poder Executivo Federal em 2006 (Carraro et al, 2007). O fato é que, em maior ou menor medida, estudos baseados no desempenho da votação de Lula em estados e municípios indicam que o Presidente ganhou as eleições nos lugares com maior número de pobres e piores indicadores sociais, onde há proporcionalmente maior número de beneficiários do PBF.

Tendo em vista que tais estudos adotaram estados ou municípios como unidade de análise, o objetivo deste artigo, a partir da base de dados da Pesquisa “Barômetro das Américas”, foi verificar se este tipo de correlação também pode ser verificado no nível do indivíduo. Para isso optamos por analisar a percepção de beneficiários e não beneficiários

do Bolsa Família em termos de avaliação do Governo Federal e do Presidente da República, assim como o respectivo comportamento eleitoral atual e em 2006.

A análise dos dados nos permitiu identificar uma nítida diferença de opiniões e atitudes em relação ao Presidente da República e ao Governo Federal em ambos os grupos analisados. Os testes estatísticos realizados também permitiram reconhecer que os comportamentos de beneficiários e não beneficiários do PBF são diferentes, pelo menos no que concerne às variáveis selecionadas.

Em suma, os achados deste trabalho contribuem para fortalecer a hipótese de que os beneficiários do Programa tendem a votar mais em Lula, além de avaliar o Governo Federal e o trabalho do Presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários.

Apurar em que medida o Programa Bolsa Família contribuiu para a manutenção do Presidente Lula no poder não é apenas uma questão de identificar dividendos eleitorais de um Programa Federal. Passa pela análise da cultura política de uma nação tradicionalmente desigual que há muito tempo vinha oferecendo poucas possibilidades de mobilidade social. O Programa Bolsa Família representou uma nítida inflexão nesta tendência e, em que pese o fato de que ele só foi possível por conta da estabilidade econômica, de reformas estruturais anteriores e da conjuntura internacional favorável, tudo indica que os beneficiários do PBF o vinculam diretamente à figura do Presidente.

No que diz respeito a pensar de forma mais ampla uma teoria da escolha eleitoral, fica claro que não podem ficar ausentes de modelos explicativos visões sobre políticas sociais, corrupção, avaliação retrospectiva do estado da economia e identificação com partidos políticos, todos sendo bastante relevantes na identificação sobre como eleitores escolhem seu candidato para o cargo mais alto da hierarquia política brasileira.

5. Bibliografia

- BRASIL. 2008. *O Programa Bolsa Família*. [Online]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. Brasília. http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia Acesso em 29 de julho de 2008.
- BRASIL. 2006. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. [Online]. Nota Técnica. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. IPEA. Rio de Janeiro. <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/NTquedaatualizada.pdf> Acesso em: 01 de jul de 2008.
- BRASIL. 2007. *Relatório de Acompanhamento do Programa Bolsa Família*. [Online]. Tribunal de Contas da União. TCU. Brasília. http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?folderId=71&name=DLFE-323.pdf. Acesso em: 30 de julho de 2008.
- CARRARO *et al.* 2007. "It is the economy, companheiro!": uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. [Online]. Trabalho apresentado no X Encontro

- de *Economia da Região Sul (ANPECSUL)*, Porto Alegre. <http://www.pucrs.br/face/ppge/anpecsul/5-07.pdf> Acesso em 30 de julho de 2008.
- CARREIRÃO, Y. 2002. *A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- _____. 2007. "Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Elections: An Analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Studies) Data". *Brazilian Political Science Review*, 1:1, pp. 70:101.
- CASTRO, H. C. de O. de. 2008. Las políticas sociales del gobierno de Lula, son de izquierda? *Encuentro de la Cultura Cubana*, v. 48/49, p. 132-136.
- COHN, A. e FONSECA, A. 2004. O Bolsa Família e a questão social. [Online] *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 57, mar./abr. <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3184> Acesso em 27 de julho de 2008.
- HUNTER, W. and POWER, T. 2007. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, v.49, p. 1-30.
- KING, G. 1997. *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton: Princeton University Press.
- MANHEIM, J. B. and RICHARD C. R. 1995. *Empirical Political Analysis: Research Methods in Political Science*, 4th Edition. White Plains, N.Y.: Longman.
- NERI, M. C. (Coord.). 2006. *Poverty, Inequality, and Labor Dynamics: The Second Real Report*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- NICOLAU, J. 2007. "An Analysis of the 2002 Presidential Election using Logistic Regression." *Brazilian Political Science Review*, 1:1, pp: 125-135.
- NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. 2007. Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. [Online]. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. <http://jaironicolau.iuperj.br/artigos/NICOLAU%20&%20PEIXOTO%20ANPOCS2007%20ST%2024%20PARTIDOS%20E%20SISTEMAS%20PARTIDA%20C2%A6%C3%BCRIO%20S.pdf> Acesso em 27 de julho de 2008.
- RENNÓ, L. 2007. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, vol.13, no.2, p.260-282.
- ROBINSON, W. S. 1950. Ecological correlations and the behavior of individuals. *American Sociological Review*, 15: 351-357.
- SELIGSON, M. 2002. The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy, *Comparative Politics*, Vol. 34, pp. 273-292.
- SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L. 2008. A Geografia Eleitoral da Reeleição de Lula no Brasil: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. Artigo apresentado no V Congresso Latino Americano de Ciência Política – ALACIP, São José da Costa Rica.

ⁱ Soares e Terron (2008) lembram que a inferência de comportamento individual através de agregações é um problema estatístico conhecido como falácia ecológica. Para outras discussões sobre falácia ecológica, veja Robinson (1950), King (1997) e Seligson (2002).

ⁱⁱ Especialmente as do Programa Bolsa Escola, do Programa Cartão Alimentação, do Programa Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás e do Cadastro Único do Governo Federal.

ⁱⁱⁱ Castro (2008) argumenta que o Bolsa Família é uma renovação da política coronelista tradicional por romper com os paradigmas das políticas compensatórias, que não levam a um ciclo de mudança da situação de vida dos

beneficiários. No entanto, o argumento não se baseia em sanção aos beneficiários por suas posições políticas, mas na manutenção da situação de dependência.

^{iv} Como desigualdade, distância do município à capital do Estado, densidade demográfica e mortalidade infantil.

^v cremos que a manutenção desta diferenciação entre os programas no questionário se deve ao fato de que os beneficiários dos programas remanescentes ainda estão em processo de troca dos respectivos cartões magnéticos pelos do Bolsa Família, podendo se confundir na hora da resposta e achar que não participam do PBF.

^{vi} Em relatório de acompanhamento do Programa Bolsa Família, onde avalia o processo de expansão do PBF, o TCU afirma não ter encontrado evidências de favorecimento a partido político específico, nem descumprimento de norma legal que pudessem caracterizar utilização do Programa com finalidades eleitoreiras no nível federal. Afirmam que a seleção de beneficiários feita pelo Governo Federal atende a uma ordem de procedimentos pré-definidos, na qual não se constatou viés político. Além disso, a cobertura do PBF superava, em junho de 2006, a estimativa de famílias pobres nos estados governados pelos principais partidos (PT, PSDB e PFL). A cobertura percentual dos estados governados pelo PMDB foi de cerca de 97% em virtude da baixa cobertura do Programa no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu por problemas que vão desde insuficiência de cadastros válidos para expansão do Programa até questões operacionais decorrentes da integração do PBF com programas locais de transferência de renda – caso do DF (Brasil, 2007).

^{vii} Rennó não testou o impacto da participação no Programa Bolsa Família por que o ESEB 2006 não dispunha dessa variável.